



**Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares**



**Avaliação do grau de execução das leis**

**XI Legislatura**

**15 de Outubro de 2009 a 19 de Junho de 2011**

**Lisboa**



## NOTA

Nos termos da Constituição da República Portuguesa, compete à Assembleia da República fazer leis sobre todas as matérias e vigiar pelo cumprimento das mesmas. O Regimento da Assembleia da República dispõe que compete à Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares promover a elaboração, no início de cada sessão legislativa, de um relatório de progresso relativo à aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação, incluindo o cumprimento dos respectivos prazos.

No cumprimento das normas constitucionais e regimentais citadas procedeu-se à elaboração do *Relatório de Progresso referente à 2.ª Sessão Legislativa da XI Legislatura – Aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação*.

E, com o objectivo de complementar o referido documento, foi elaborado o presente relatório que reúne toda a informação no período que decorreu entre o início e o fim da XI Legislatura, isto é, entre 15 de Outubro de 2009 e 19 de Junho de 2011 e que, sob a forma de balanço, reúne:

- Quadros estatísticos com apresentação do balanço geral do Relatório assim como o seu balanço por Comissão e por Lei do Orçamento;
- As leis publicadas e regulamentadas;
- As leis publicadas, parcialmente regulamentadas ou não regulamentadas;
- As leis publicadas que não carecem ou não prevêem regulamentação.

Cumprir ainda referir que a XI Legislatura terminou em 19 de Junho de 2011, dado terem sido marcadas eleições antecipadas. No entanto, após essa data, foram ainda publicadas algumas leis da responsabilidade do XVIII Governo Constitucional. Assim sendo, e excepcionalmente, optou-se por as incluir no presente relatório.

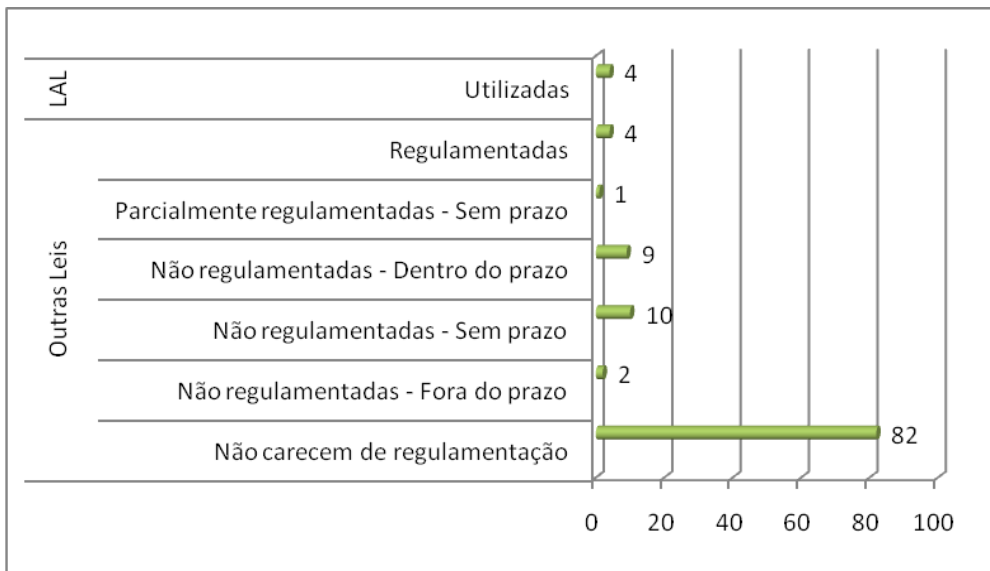
O presente relatório foi aprovado na reunião de 16 de Novembro de 2011 da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, tendo os respectivos trabalhos preparatórios sido efectuados na Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar.



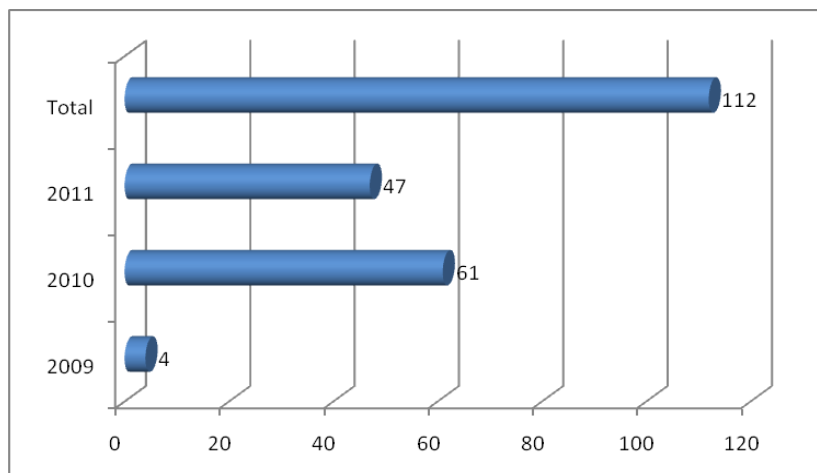
### Quadro Estatístico Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

| Leis/Anos                             |                           | 2009            | 2010      | 2011      | Total      |    |
|---------------------------------------|---------------------------|-----------------|-----------|-----------|------------|----|
| Leis de Autorização Legislativa (LAL) | Utilizadas                | 0               | 4         | 0         | 4          |    |
|                                       | Carecem de regulamentação |                 |           |           |            |    |
| Outras Leis                           | Regulamentadas            | 0               | 4         | 0         | 4          |    |
|                                       | Não regulamentadas        | Sem prazo       | 0         | 1         | 0          | 1  |
|                                       |                           | Dentro do prazo | 0         | 1         | 8          | 9  |
|                                       |                           | Sem prazo       | 0         | 4         | 6          | 10 |
|                                       | Fora do prazo             | 0               | 1         | 1         | 2          |    |
| Não carecem de regulamentação         |                           | 4               | 46        | 32        | 82         |    |
| <b>Total</b>                          |                           | <b>4</b>        | <b>61</b> | <b>47</b> | <b>112</b> |    |

Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis



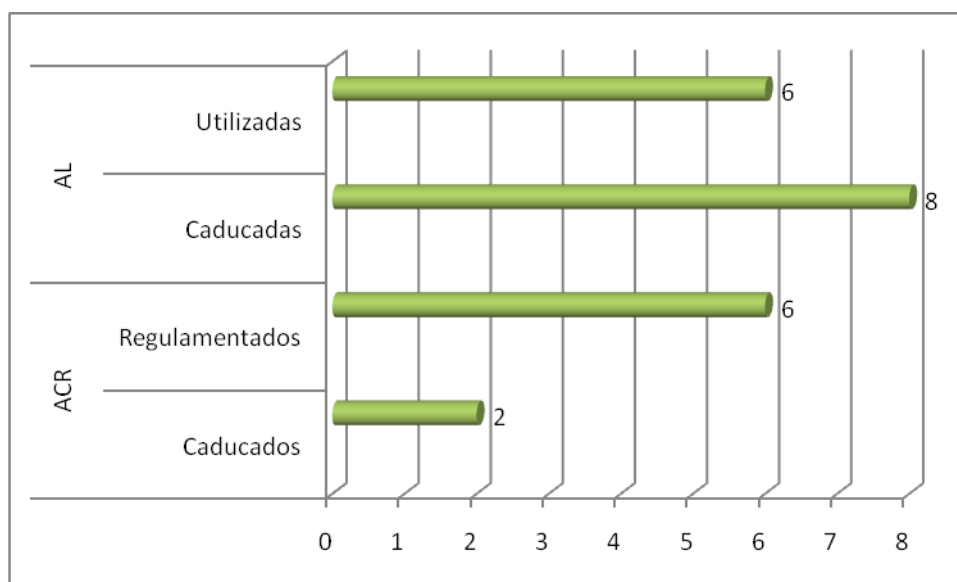
Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis por ano



## Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril Orçamento do Estado para 2010

| Leis/Ano                                    |                | 2010      | Total     |
|---|----------------|-----------|-----------|
| Autorizações Legislativas (AL)              | Utilizadas     | 6         | 14        |
|   | Caducadas      | 8         |           |
| Artigos que carecem de regulamentação (ACR) | Regulamentados | 6         | 8         |
|   | Caducados      | 2         |           |
| <b>Total</b>                                |                | <b>22</b> | <b>22</b> |

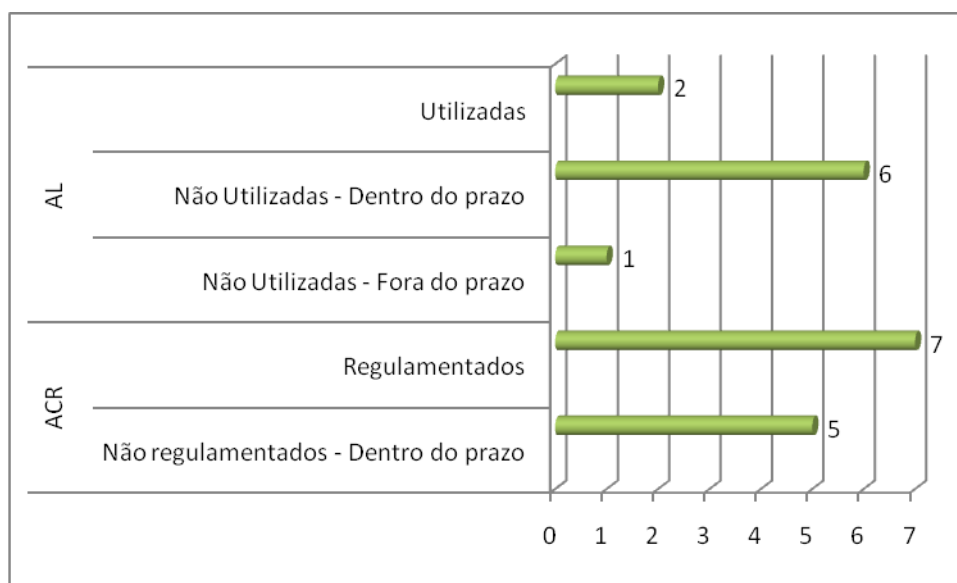
Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis



## Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro Orçamento do Estado para 2011

| Leis/Ano                                    |                    |                 | 2010      | Total     |
|---|--------------------|-----------------|-----------|-----------|
| Autorizações Legislativas (AL)              | Utilizadas         |                 | 2         | 9         |
|   | Não utilizadas     | Dentro do prazo | 6         |           |
|   |                    | Fora do prazo   | 1         |           |
| Artigos que carecem de regulamentação (ACR) | Regulamentados     |                 | 7         | 12        |
|   | Não regulamentados | Dentro do prazo | 5         |           |
| <b>Total</b>                                |                    |                 | <b>21</b> | <b>21</b> |

Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis

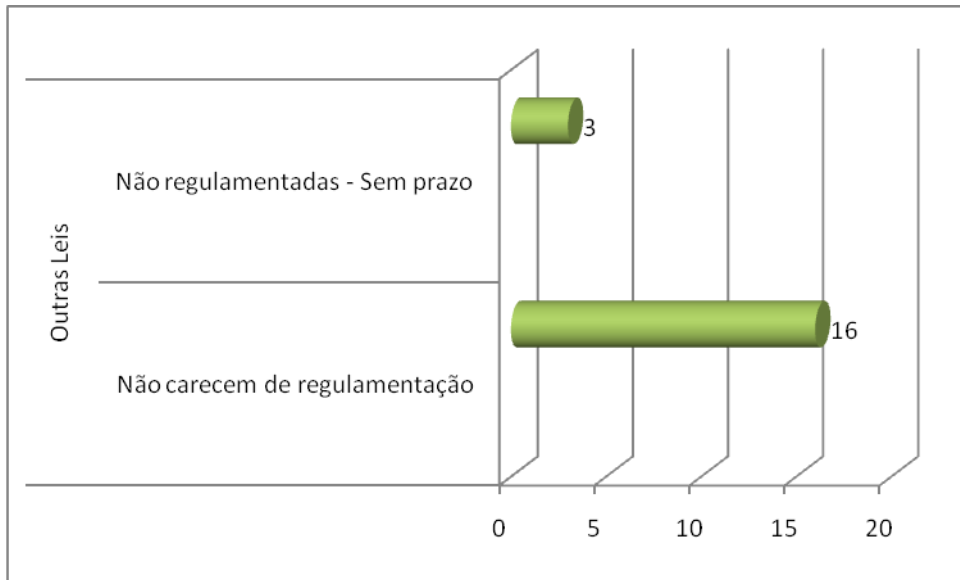


## Quadro Estatístico Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

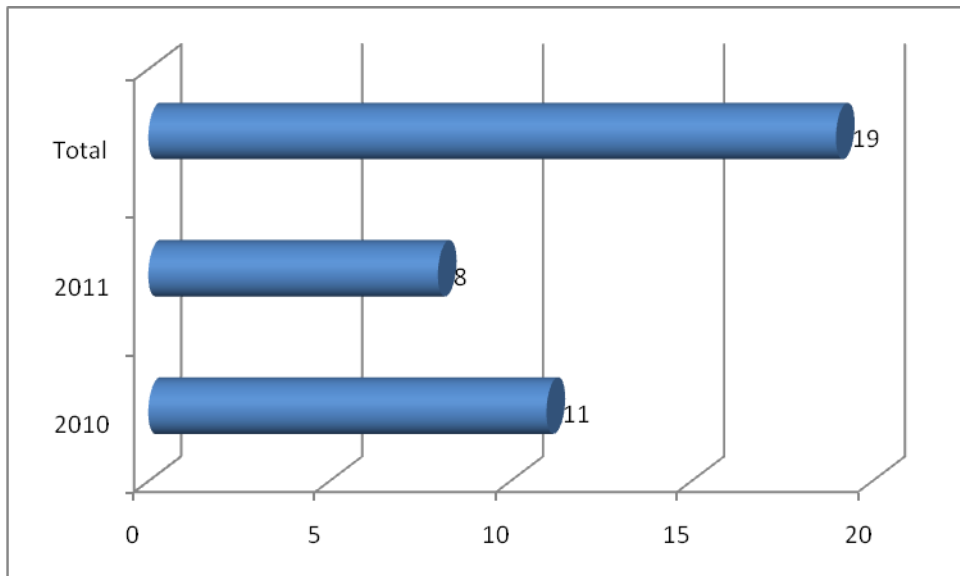
Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias <sup>1</sup>

| Leis/Anos    |                               |                              | 2010      | 2011     | Total     |
|--------------|-------------------------------|------------------------------|-----------|----------|-----------|
| Outras Leis  | Carecem de regulamentação     | Não regulamentadas Sem prazo | 1         | 2        | 3         |
|              | Não carecem de regulamentação |                              | 10        | 6        | 16        |
| <b>Total</b> |                               |                              | <b>11</b> | <b>8</b> | <b>19</b> |

Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis



Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis por ano





**Quadro Estatístico**  
**Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e**  
**Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação**

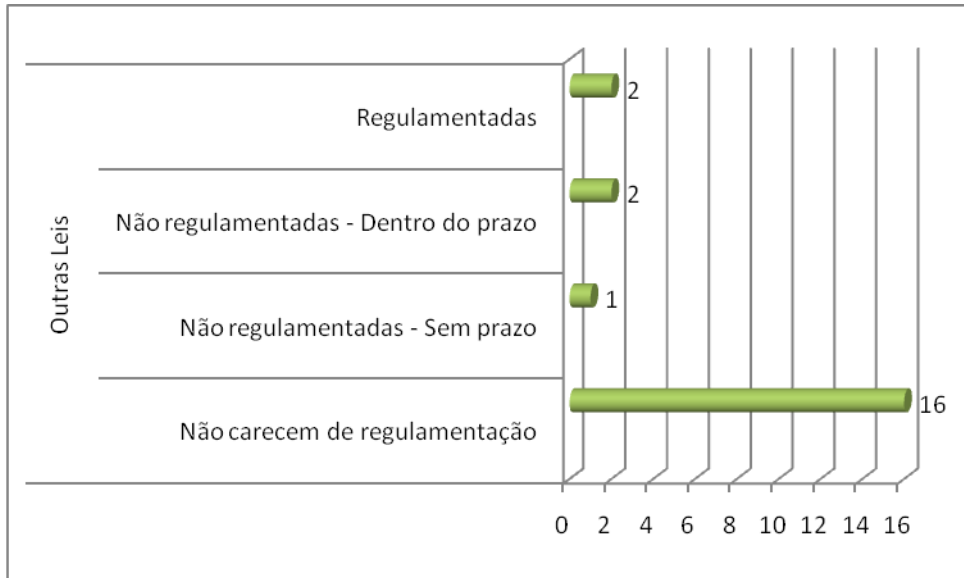
Comissão de Defesa Nacional <sup>1</sup>

| Leis/Anos   |                           |                    |           | 2010 | 2011 | Total |
|-------------|---------------------------|--------------------|-----------|------|------|-------|
| Outras Leis | Carecem de regulamentação | Não regulamentadas | Sem prazo | 0    | 1    | 1     |
| Total       |                           |                    |           | 0    | 1    | 1     |

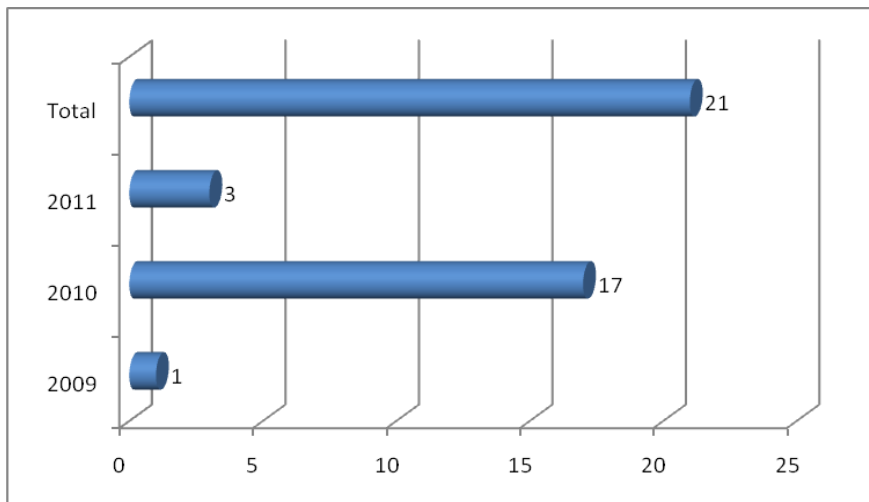
**Quadro Estatístico**  
**Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e**  
**Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação**  
**Comissão de Orçamento e Finanças <sup>1</sup>**

| Leis/Anos    |                               | 2009            | 2010      | 2011     | Total     |    |
|--------------|-------------------------------|-----------------|-----------|----------|-----------|----|
| Outras Leis  | Regulamentadas                | 0               | 2         | 0        | 2         |    |
|              | Não regulamentadas            | Dentro do prazo | 0         | 0        | 2         | 2  |
|              |                               | Sem prazo       | 0         | 0        | 1         | 1  |
|              | Não carecem de regulamentação |                 | 1         | 15       | 0         | 16 |
| <b>Total</b> |                               | <b>1</b>        | <b>17</b> | <b>3</b> | <b>21</b> |    |

**Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis**



**Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis por ano**

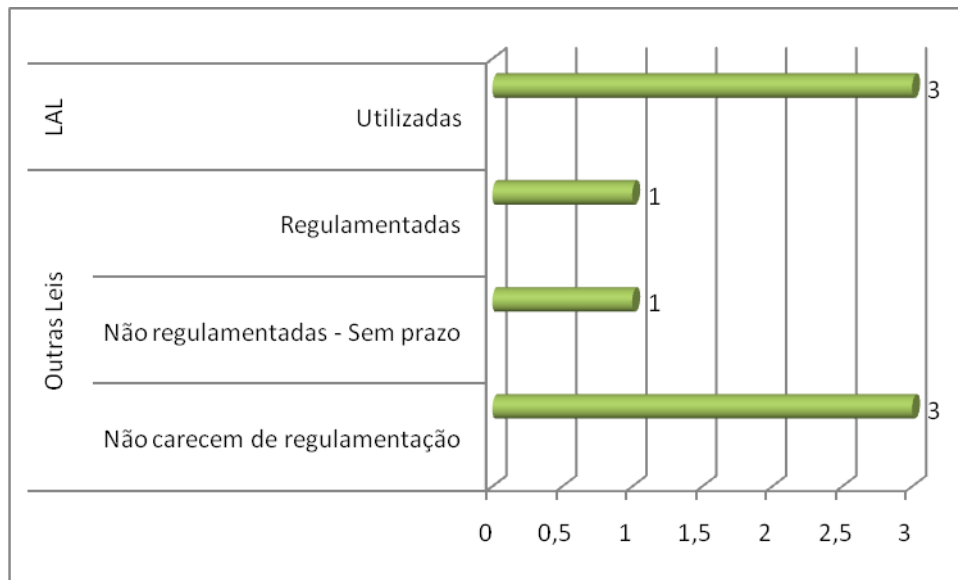


## Quadro Estatístico Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

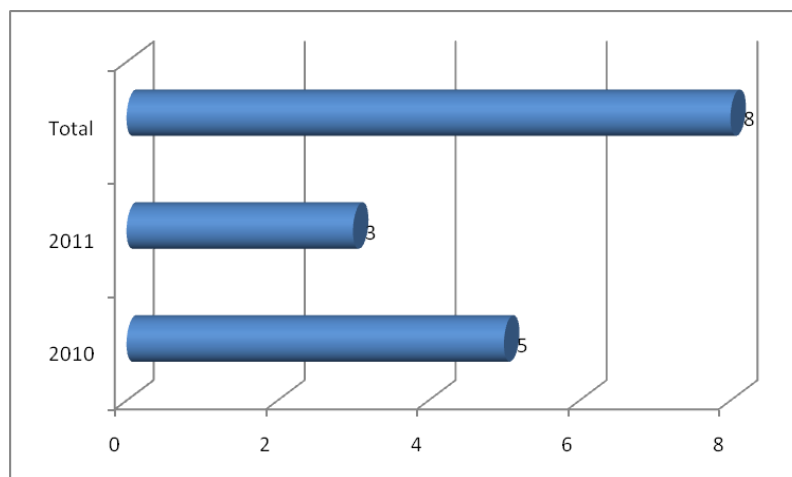
Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia <sup>1</sup>

| Leis/Anos                             |                           | 2010     | 2011     | Total    |
|---------------------------------------|---------------------------|----------|----------|----------|
| Leis de Autorização Legislativa (LAL) | Utilizadas                | 3        | 0        | 3        |
|                                       | Carecem de regulamentação |          |          |          |
| Outras Leis                           | Regulamentadas            | 1        | 0        | 1        |
|                                       | Não regulamentadas        | 1        | 0        | 1        |
|                                       | Sem prazo                 |          |          |          |
| Não carecem de regulamentação         |                           | 0        | 3        | 3        |
| <b>Total</b>                          |                           | <b>5</b> | <b>3</b> | <b>8</b> |

Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis



Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis por ano



**Quadro Estatístico**  
**Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e**  
**Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação**

**Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas <sup>1</sup>**

| Leis/Anos   |                               | 2010 | 2011 | Total |
|-------------|-------------------------------|------|------|-------|
| Outras Leis | Não carecem de regulamentação | 0    | 1    | 1     |
| Total       |                               | 0    | 1    | 1     |

**Quadro Estatístico**  
**Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e**  
**Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação**

**Comissão de Educação e Ciência <sup>1</sup>**

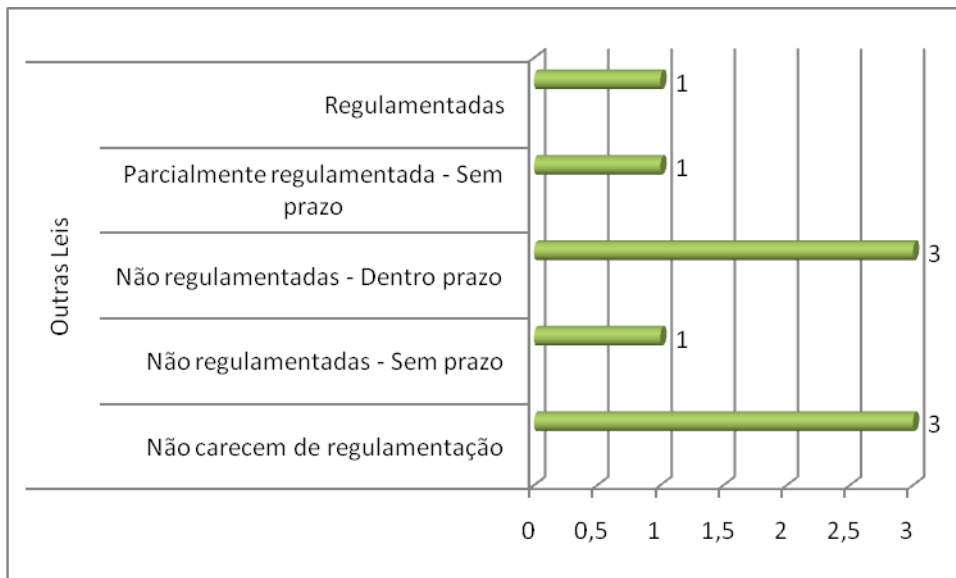
| Leis/Anos   |                               | 2010 | 2011 | Total |
|-------------|-------------------------------|------|------|-------|
| Outras Leis | Não carecem de regulamentação | 3    | 1    | 4     |
| Total       |                               | 3    | 1    | 4     |

## Quadro Estatístico Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

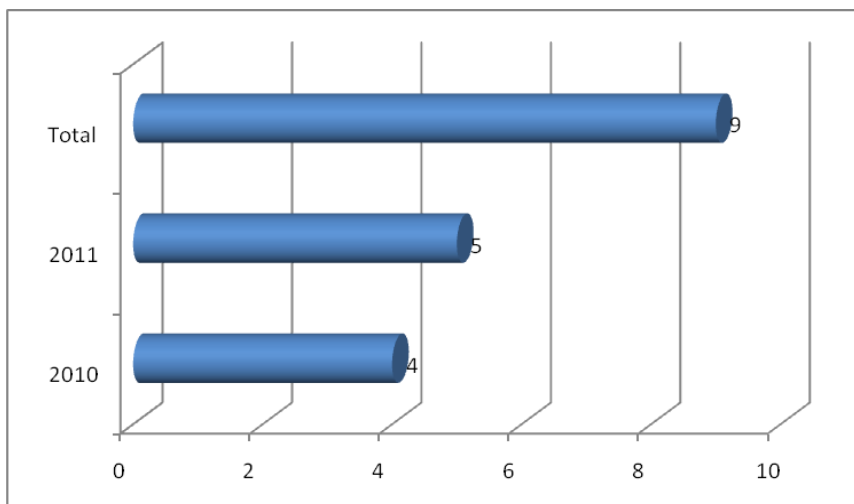
### Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações <sup>1</sup>

| Leis/Anos    |                               |                            |                 | 2010     | 2011     | Total    |
|--------------|-------------------------------|----------------------------|-----------------|----------|----------|----------|
| Outras Leis  | Carecem de regulamentação     | Regulamentadas             |                 | 1        | 0        | 1        |
|              |                               | Parcialmente regulamentada | Sem prazo       | 1        | 0        | 1        |
|              |                               |                            | Dentro do prazo | 0        | 3        | 3        |
|              |                               | Não regulamentadas         | Sem prazo       | 0        | 1        | 1        |
|              | Não carecem de regulamentação |                            |                 | 2        | 1        | 3        |
| <b>Total</b> |                               |                            |                 | <b>4</b> | <b>5</b> | <b>9</b> |

**Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis**



**Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis por ano**

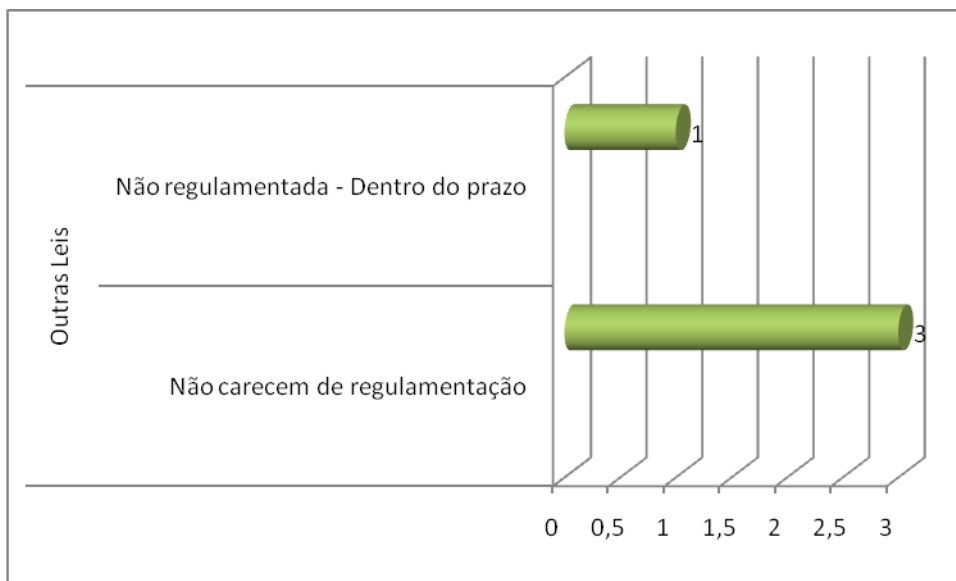


## Quadro Estatístico Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

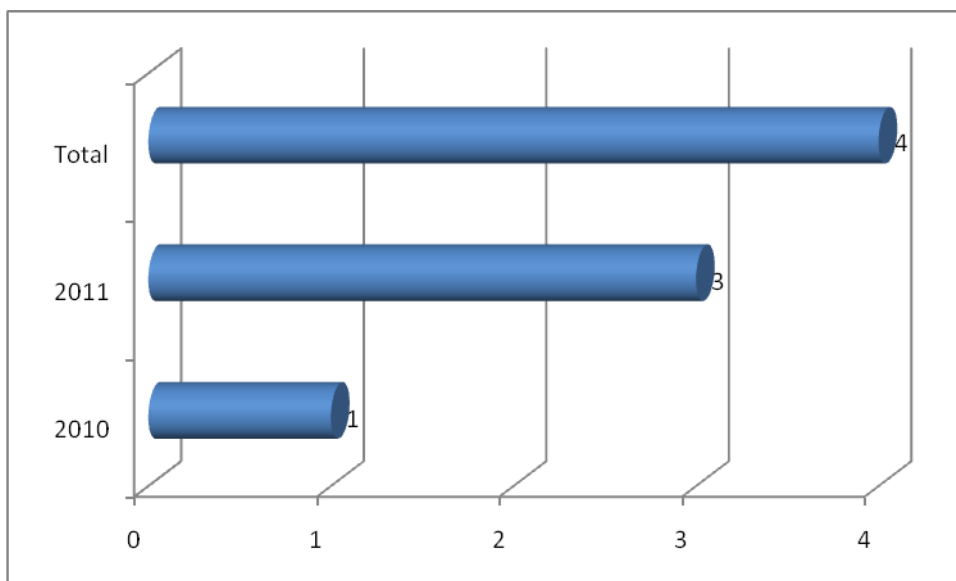
### Comissão de Saúde<sup>1</sup>

| Leis/Anos    |                                     | 2010     | 2011     | Total    |
|--------------|-------------------------------------|----------|----------|----------|
| Outras Leis  | Não regulamentada   Dentro do prazo | 0        | 1        | 1        |
|              | Não carecem de regulamentação       | 1        | 2        | 3        |
| <b>Total</b> |                                     | <b>1</b> | <b>3</b> | <b>4</b> |

Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis



Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis por ano

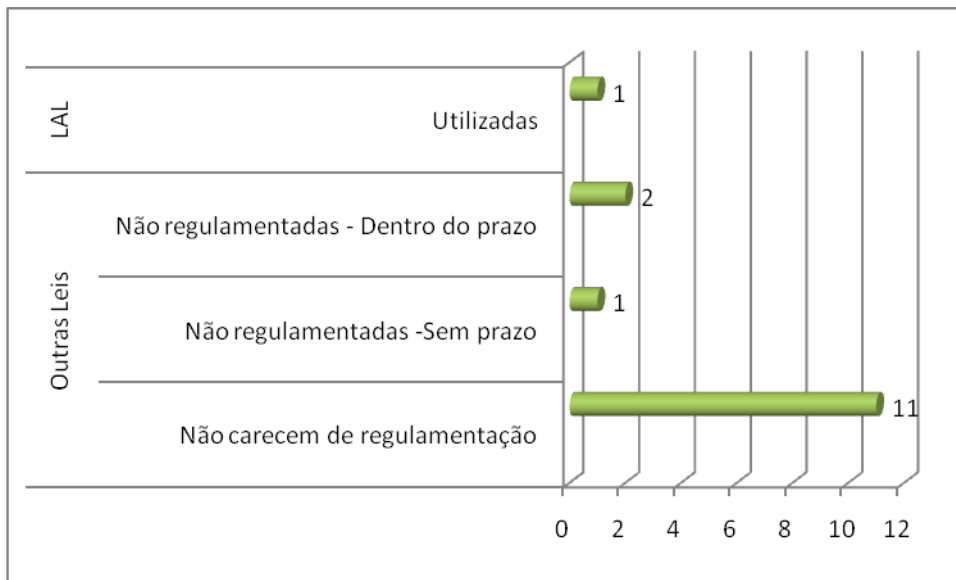


## Quadro Estatístico Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

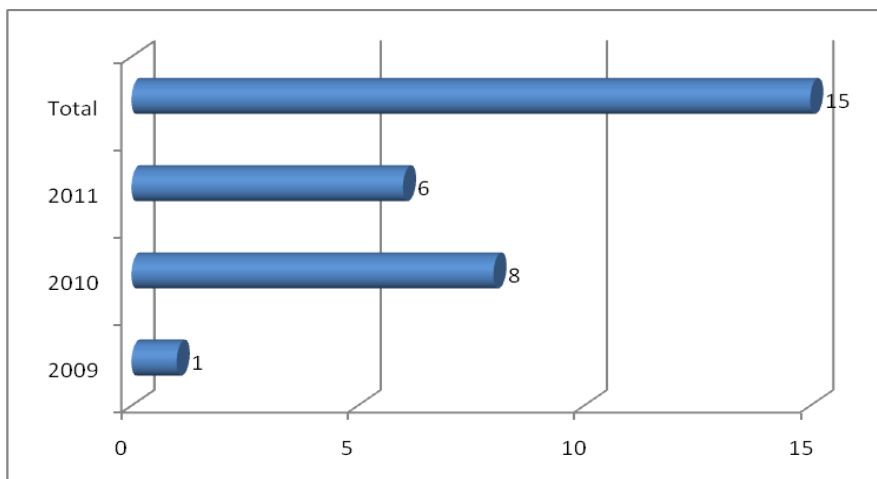
Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública<sup>1</sup>

| Leis/Anos                             |                               | 2009            | 2010     | 2011     | Total     |    |
|---------------------------------------|-------------------------------|-----------------|----------|----------|-----------|----|
| Leis de Autorização Legislativa (LAL) | Utilizadas                    | 0               | 1        | 0        | 1         |    |
|                                       | Outras Leis                   |                 |          |          |           |    |
|                                       | Não regulamentadas            | Dentro do prazo | 0        | 0        | 2         | 2  |
|                                       |                               | Sem prazo       | 0        | 0        | 1         | 1  |
|                                       | Não carecem de regulamentação |                 | 1        | 7        | 3         | 11 |
| <b>Total</b>                          |                               | <b>1</b>        | <b>8</b> | <b>6</b> | <b>15</b> |    |

Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis



Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis por ano



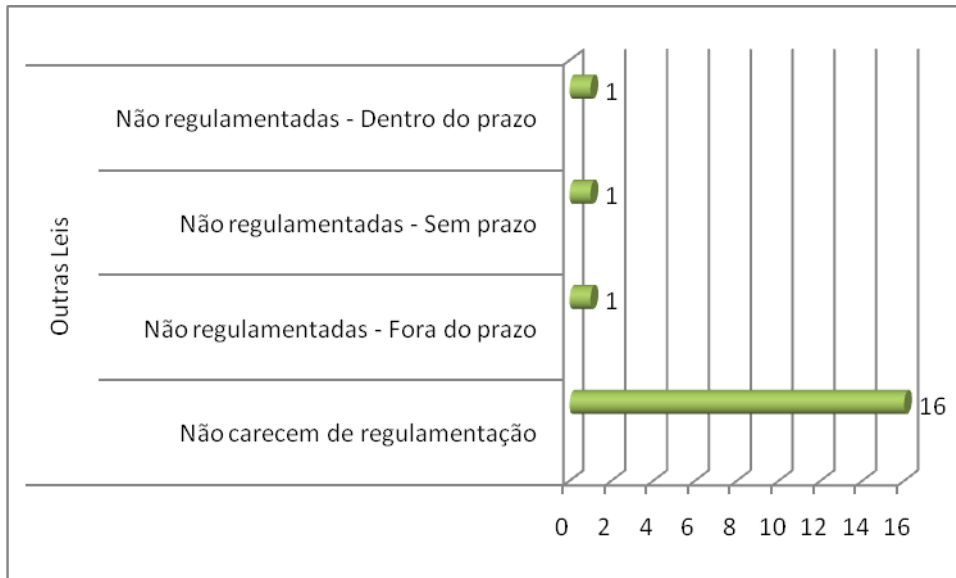


## Quadro Estatístico Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

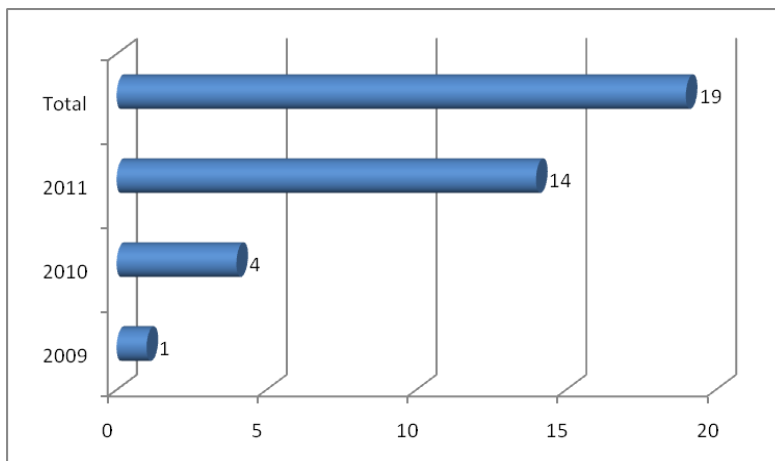
Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local <sup>1</sup>

| Leis/Anos                     |                           |                    | 2009     | 2010     | 2011      | Total     |
|-------------------------------|---------------------------|--------------------|----------|----------|-----------|-----------|
| Outras Leis                   | Carecem de regulamentação | Não regulamentadas |          |          |           |           |
|                               |                           | Dentro do prazo    | 0        | 1        | 0         | 1         |
|                               |                           | Sem prazo          | 0        | 1        | 0         | 1         |
|                               |                           | Fora do prazo      | 0        | 0        | 1         | 1         |
| Não carecem de regulamentação |                           |                    | 1        | 2        | 13        | 16        |
| <b>Total</b>                  |                           |                    | <b>1</b> | <b>4</b> | <b>14</b> | <b>19</b> |

Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis



Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis por ano

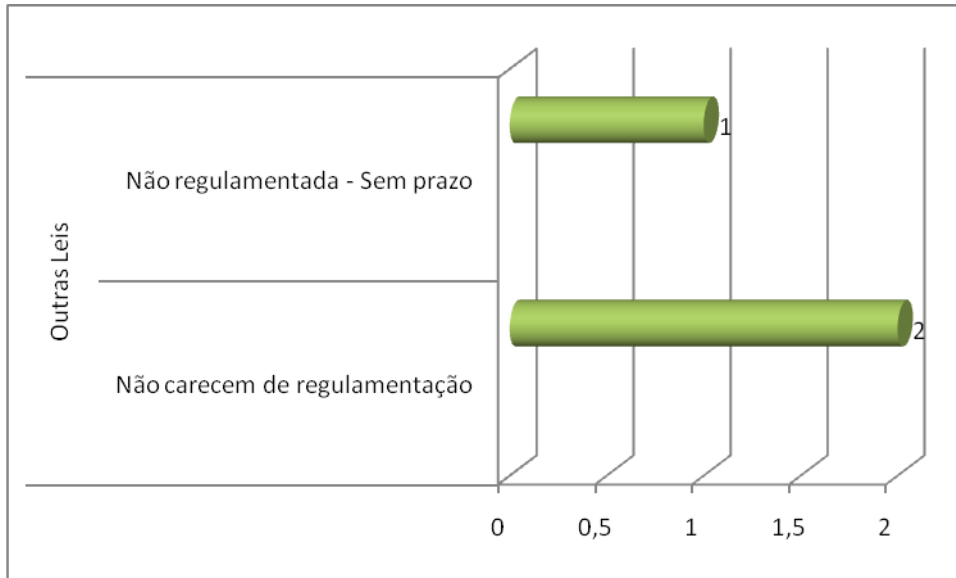


## Quadro Estatístico Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

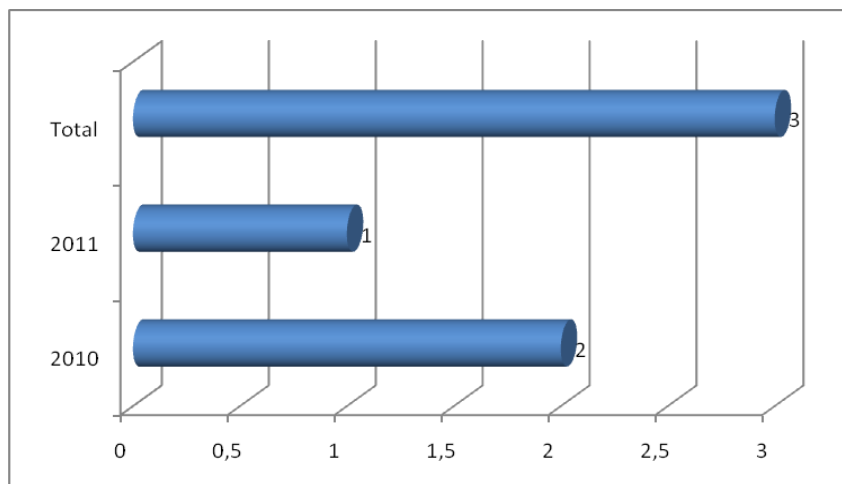
Comissão de Ética, Sociedade e Cultura<sup>1</sup>

| Leis/Anos    |                               | 2010     | 2011     | Total    |
|--------------|-------------------------------|----------|----------|----------|
| Outras Leis  | Não regulamentada Sem prazo   | 1        | 0        | 1        |
|              | Não carecem de regulamentação | 1        | 1        | 2        |
| <b>Total</b> |                               | <b>2</b> | <b>1</b> | <b>3</b> |

Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis



Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis por ano

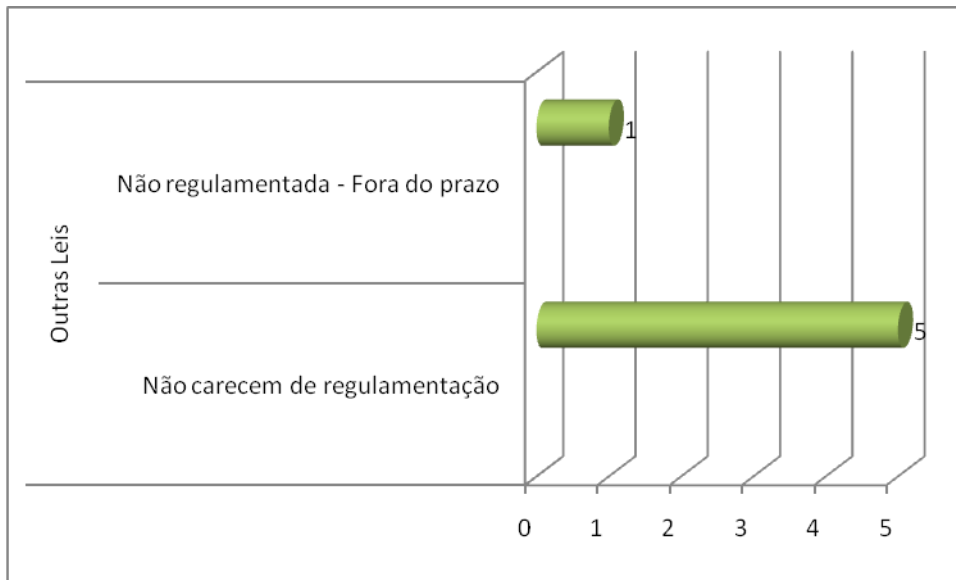


### Quadro Estatístico Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

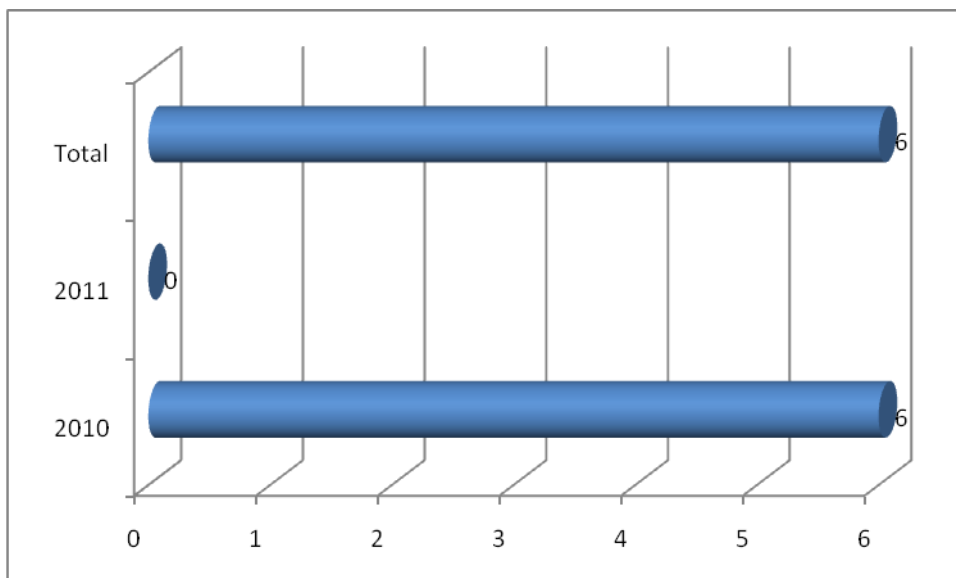
**Comissão Eventual para o Acompanhamento Político do Fenómeno da Corrupção e  
para a Análise Integrada de Soluções com vista ao seu Combate**

| Leis/Anos    |                               |                    |               | 2010     | 2011     | Total    |
|--------------|-------------------------------|--------------------|---------------|----------|----------|----------|
| Outras Leis  | Carecem de regulamentação     | Não regulamentadas | Fora do prazo | 1        | 0        | 1        |
|              | Não carecem de regulamentação |                    |               | 5        | 0        | 5        |
| <b>Total</b> |                               |                    |               | <b>6</b> | <b>0</b> | <b>6</b> |

**Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis**



**Leis de Autorização Legislativa/Outras Leis por ano**



| Lei n.º                                     | Título   | Artigo                               | Prazo                               | Diploma(s) regulamentador(es)  | Comissão     |
|---|--|--------------------------------------|-------------------------------------|--|--------------|
| <a href="#">116/2009, de 23 de Dezembro</a> | Prorroga por 360 dias o prazo de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro, que, no uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal   | _____                                | _____                               | Não carece de regulamentação   | Sem Comissão |
| <a href="#">117/2009, de 29 de Dezembro</a> | Segunda alteração à Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais  | _____                                | _____                               | Não carece de regulamentação   | CAOTPL       |
| <a href="#">118/2009, de 30 de Dezembro</a> | Segunda alteração à Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009)   | _____                                | _____                               | Não carece de regulamentação   | COF          |
| <a href="#">119/2009, de 30 de Dezembro</a> | Primeira alteração à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, que estabelece uma nova data para a entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social   | _____                                | _____                               | Não carece de regulamentação   | CTSSAP       |
| <a href="#">1/2010, de 15 de Janeiro</a>    | Procede à primeira alteração à Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho, que «Aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Código do Registo Predial e o Código do Registo Civil, no cumprimento das medidas de descongestionamento dos tribunais previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2007, de 6 de Novembro, o Regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, procede à transposição da Directiva n.º 2008/52/CE, do Parlamento e do Conselho, de 21 de Março, e altera o Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro», estabelecendo um novo prazo para a sua entrada em vigor | _____                                | _____                               | Não carece de regulamentação   | CACDLG       |
| <a href="#">2/2010, de 15 de Março</a>      | Altera o artigo 22.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro  | Artigo 2.º<br>Produção de<br>efeitos | 19 de Abril<br>de 2010<br>(30 dias) | <a href="#">DN n.º 18-A/2010, de 1 de Julho</a><br><a href="#">DR II S n.º 126 – Supl.</a> | COF          |
| <a href="#">LO 1/2010, de 29 de Março</a>   | Primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro (aprova a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, revogando a Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro)   | _____                                | _____                               | Não carece de regulamentação   | COF          |

| Lei n.º                                  | Título   | Artigo   | Prazo  | Diploma(s) regulamentador(es)  | Comissão |
|--|--|--|--|--|----------|
| <a href="#">3/2010, de 27 de Abril</a>   | Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária | _____  | _____  | Não carece de regulamentação   | COF      |
| <a href="#">3-A/2010, de 28 de Abril</a> | Grandes Opções do Plano para 2010-2013   | _____  | _____  | Não carece de regulamentação   | COF      |
| <a href="#">3-B/2010, de 28 de Abril</a> | Orçamento do Estado para 2010  | Artigo 18.º<br>Alteração à Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro (Artigo 35.º - Âmbito dos contratos de prestação de serviços)    | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | <a href="#">Port. n.º 371-A/2010, de 23 de Junho</a><br><a href="#">DR I S n.º 120</a>                     | COF      |
|  |  | Artigo 20.º<br>Alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro (Artigo 6.º - Contratos de prestação de serviços)         | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | Caducado   |          |
|  |  | <b>AL</b> Artigo 33.º<br>Descentralização de competências para os municípios   | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | Caducada   |          |
|  |  | <b>AL</b> Artigo 42.º<br>Competência para autorização de despesas nas autarquias locais  | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | <a href="#">DL n.º 40/2011, de 22 de Março</a><br><a href="#">DR I S n.º 57</a><br>(Revogado) <sup>3</sup> |          |
|  |  | <b>AL</b> Artigo 43.º<br>Regulamentação das transferências para a comissão de benefícios sociais no âmbito das autarquias locais | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | <a href="#">DL n.º 13/2011, de 25 de Janeiro</a><br><a href="#">DR I S n.º 17</a>                          |          |

| Lei n.º   | Título                        | Artigo   | Prazo  | Diploma(s) regulamentador(es)   | Comissão |
|---|-------------------------------|--|--|---|----------|
| <a href="#">3-B/2010, de 28 de Abril</a><br>(cont.) | Orçamento do Estado para 2010 | Artigo 89.º<br>Alteração ao Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas colectivas – Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro (Artigo 34.º - Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais) | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | <a href="#">Port. n.º 467/2010, de 7 de Julho</a><br><a href="#">DR I S n.º 130</a>         | COF      |
|   |                               | AL Artigo 94.º<br>Autorização legislativa no âmbito do IVA   | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | Caducada  |          |
|   |                               | Artigo 100.º<br>Alteração ao Código dos Impostos Especiais de Consumo – Decreto-Lei n.º 566/99, de 22 de Dezembro (Artigo 84.º - Restantes produtos de tabaco manufacturado)                     | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | <a href="#">Port. n.º 250-A/2010, de 3 de Maio</a><br><a href="#">DR I S n.º 85 – Supl.</a> |          |
|   |                               | AL Artigo 112.º<br>Benefícios fiscais para instrumentos de dívida pública destinados a jovens  | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | Caducada  |          |
|   |                               | AL Artigo 113.º<br>Autorização legislativa para criação de medidas de incentivo fiscal para pequenas e médias empresas com capital disperso em mercado organizado                                | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | Caducada  |          |
|   |                               | AL Artigo 124.º<br>Arbitragem em matéria tributária  | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | <a href="#">DL n.º 10/2011, de 20 de Janeiro</a><br><a href="#">DR I S n.º 14</a>           |          |
|   |                               | AL Artigo 127.º<br>Autorização legislativa no âmbito do procedimento e processo tributário   | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | Caducada  |          |

| Lei n.º   | Título                        | Artigo  | Prazo  | Diploma(s) regulamentador(es)   | Comissão |
|---|-------------------------------|---|--|---|----------|
| <a href="#">3-B/2010, de 28 de Abril</a><br>(cont.) | Orçamento do Estado para 2010 | AL Artigo 128.º<br>Autorização legislativa para alteração do Código de Processo nos Tribunais Administrativos | 27 de Julho de 2010<br>(90 dias)               | Caducada  | COF      |
|   |                               | AL Artigo 129.º<br>Autorização legislativa no âmbito do Imposto sobre o Valor Acrescentado                    | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | <a href="#">DL n.º 134/2010, de 27 de Dezembro</a><br><a href="#">DR I S n.º 249</a>  |          |
|   |                               | AL Artigo 130.º<br>Autorização legislativa no âmbito dos impostos especiais de consumo                        | 25 de Outubro de 2010<br>(180 dias)            | <a href="#">DL n.º 73/2010, de 21 de Junho</a><br><a href="#">DR I S n.º 118</a>  |          |
|   |                               | AL Artigo 131.º<br>Regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior                   | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | <a href="#">Port. n.º 260/2010, de 10 de Maio</a><br><a href="#">DR I S n.º 90</a>  |          |
|   |                               | AL Artigo 134.º<br>Autorização legislativa para a criação do regime geral de taxas da administração do Estado | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | Caducada  |          |
|   |                               | AL Artigo 135.º<br>Autorização legislativa ao regime do IVA sobre o ISV                                       | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | Caducada  |          |
|   |                               | AL Artigo 142.º<br>Contribuição para o audiovisual  | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | <a href="#">DL n.º 107/2010, de 13 de Outubro</a><br><a href="#">DR I S n.º 199</a>   |          |
|   |                               | AL Artigo 148.º<br>Instituto Português de Acreditação   | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | Caducado  |          |
|   |                               | AL Artigo 156.º<br>Verbas dos orçamentos dos governos civis relativas no apoio a associações                  | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | <a href="#">Desp. n.º 8764/2010, de 24 de Maio</a><br><a href="#">DR II S n.º 100</a><br><a href="#">Desp. n.º 11848/2010, de 22 de Julho</a><br><a href="#">DR II S n.º 141</a><br><a href="#">Desp. n.º 12692/2010, de 6 de Agosto</a><br><a href="#">DR II S n.º 152</a> |          |

| Lei n.º   | Título   | Artigo  | Prazo  | Diploma(s) regulamentador(es)  | Comissão |
|---|--|---|--|--|----------|
| <a href="#">3-B/2010, de 28 de Abril</a><br>(cont.) | Orçamento do Estado para 2010  | Artigo 162.º<br>Alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Artigo 187.º - Entrada em vigor) | 31 de Dezembro de 2010<br>(1 ano) <sup>2</sup> | <a href="#">DL n.º 74/2011, de 20 de Junho</a><br><a href="#">DR I S n.º 117</a> | COF      |
| <a href="#">4/2010, de 5 de Maio</a>                | Inclusão nas bases de dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, nos boletins ou publicações temáticas sobre o desemprego, do estado civil do desempregado, ou situação equiparada, e da condição laboral do cônjuge                                       | _____   | _____  | Não carece de regulamentação   | CTSSAP   |
| <a href="#">5/2010, de 5 de Maio</a>                | Estabelece um regime transitório e excepcional de apoio aos desempregados com filhos a cargo e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro   | _____   | _____  | Não carece de regulamentação   | CTSSAP   |
| <a href="#">6/2010, de 7 de Maio</a>                | Inclui no escalão A de comparticipação os medicamentos queratolíticos e antipsoriáticos destinados aos doentes portadores de psoríase  | _____   | _____  | Não carece de regulamentação   | CS       |
| <a href="#">7/2010, de 13 de Maio</a>               | Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, que procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico  | _____   | _____  | Não carece de regulamentação   | CEC      |
| <a href="#">8/2010, de 13 de Maio</a>               | Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, que procede à alteração do Estatuto da Carreira Docente Universitária  | _____   | _____  | Não carece de regulamentação   | CEC      |
| <a href="#">8-A/2010, de 18 de Maio</a>             | Aprova um regime que viabiliza a possibilidade de o Governo conceder empréstimos, realizar outras operações de crédito activas a Estados membros da zona euro e prestar garantias pessoais do Estado a operações que visem o financiamento desses Estados, no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira | _____   | _____  | Não carece de regulamentação   | COF      |



| Lei n.º                                   | Título  | Artigo | Prazo | Diploma(s) regulamentador(es) | Comissão |
|---|---|--------|-------|-------------------------------|----------|
| <a href="#">9/2010, de 31 de Maio</a>     | Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo   | _____  | _____ | Não carece de regulamentação  | CACDLG   |
| <a href="#">10/2010, de 14 de Junho</a>   | Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de Fevereiro, sobre o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S. A., e estabelece a obrigatoriedade de acompanhamento médico a estes trabalhadores  | _____  | _____ | Não carece de regulamentação  | CTSSAP   |
| <a href="#">11/2010, de 15 de Junho</a>   | Introduz uma nova taxa de IRS (no valor de 45 %) para sujeitos passivos ou agregados familiares que obtenham rendimentos anuais superiores a (euro) 150 000   | _____  | _____ | Não carece de regulamentação  | COF      |
| <a href="#">LO 2/2010, de 16 de Junho</a> | Fixa os meios que asseguram o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução na Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de Fevereiro de 2010   | _____  | _____ | Não carece de regulamentação  | COF      |
| <a href="#">12/2010, de 25 de Junho</a>   | Segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de Novembro, reconhecendo os títulos profissionais búlgaros e romenos e permitindo o exercício da profissão de advogado em Portugal | _____  | _____ | Não carece de regulamentação  | CTSSAP   |
| <a href="#">12-A/2010, de 30 de Junho</a> | Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)   | _____  | _____ | Não carece de regulamentação  | COF      |
| <a href="#">13/2010, de 19 de Julho</a>   | Quinta alteração à Lei n.º 77/88, de 1 de Julho, Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR)   | _____  | _____ | Não carece de regulamentação  | COF      |
| <a href="#">14/2010, de 23 de Julho</a>   | Revoga o Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de Setembro, que introduziu alterações nas bases do contrato de concessão do direito de exploração, em regime de serviço público, do terminal portuário de Alcântara   | _____  | _____ | Não carece de regulamentação  | COPTC    |

| Lei n.º                                  | Título   | Artigo   | Prazo                            | Diploma(s) regulamentador(es)   | Comissão |
|--|--|--|----------------------------------|---|----------|
| <a href="#">15/2010, de 26 de Julho</a>  | Introduz um regime de tributação das mais-valias mobiliárias à taxa de 20 % com regime de isenção para os pequenos investidores e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e o Estatuto dos Benefícios Fiscais   | _____  | _____                            | Não carece de regulamentação  | COF      |
| <a href="#">16/2010, de 30 de Julho</a>  | Excepciona os bares, cantinas e refeitórios das associações sem fins lucrativos do regime geral de licenciamento   | _____  | _____                            | Não carece de regulamentação  | CESC     |
| <a href="#">17/2010, de 4 de Agosto</a>  | Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/95, de 24 de Janeiro, em matéria de exercício da actividade de agente da propriedade industrial   | Artigo 2.º<br>Alteração ao Decreto-Lei n.º 15/95, de 24 de Janeiro (Artigo 2.º - Condições de acesso)  | Sem prazo de regulamentação      | <a href="#">Port. n.º 1200//2010, de 29 de Novembro</a><br><a href="#">DR I S n.º 231</a> | CAEIE    |
|  |  | Artigo 3.º<br>Aditamento ao Decreto-Lei n.º 15/95, de 24 de Janeiro (Artigo 1.º - A – Formas e tramitação dos pedidos)                           | Sem prazo de regulamentação      | <a href="#">Port. n.º 1200//2010, de 29 de Novembro</a><br><a href="#">DR I S n.º 231</a> |          |
| <a href="#">18/2010, de 16 de Agosto</a> | Autoriza o Governo a alterar o sistema de unidades de medida legais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/94, de 19 de Setembro, transpondo a Directiva n.º 2009/3/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março  | Artigo 1.º<br>Objecto  | 19 de Novembro de 2010 (90 dias) | <a href="#">DL n.º 128//2010, de 3 de Dezembro</a><br><a href="#">DR I S n.º 234</a>      | CAEIE    |
| <a href="#">19/2010, de 23 de Agosto</a> | Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março, que estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro | Artigo único<br>Alteração ao Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março (Artigo 4.º - Modalidades de regime remuneratório da produção em cogeração) | Sem prazo de regulamentação      | Não regulamentada   | CAEIE    |
| <a href="#">20/2010, de 23 de Agosto</a> | Alarga o conceito de pequenas entidades para efeitos da aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho   | _____  | _____                            | Não carece de regulamentação  | COF      |
| <a href="#">21/2010, de 23 de Agosto</a> | Integra o concelho de Mação na unidade territorial do Médio Tejo   | _____  | _____                            | Não carece de regulamentação  | CAOTPL   |

| Lei n.º                                  | Título   | Artigo  | Prazo                       | Diploma(s) regulamentador(es)   | Comissão |
|--|--|---|-----------------------------|---|----------|
| <a href="#">22/2010, de 23 de Agosto</a> | Alarga o âmbito da não tributação em sede de IVA das transmissões de livros a título gratuito, alterando o Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro  | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | COF      |
| <a href="#">23/2010, de 30 de Agosto</a> | Primeira alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, que adopta medidas de protecção das uniões de facto, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de Outubro, que define e regulamenta a protecção na eventualidade da morte dos beneficiários do regime geral de segurança social, 53.ª alteração ao Código Civil e 11.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 142/73, de 31 de Março, que aprova o Estatuto das Pensões de Sobrevivência | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CACDLG   |
| <a href="#">24/2010, de 30 de Agosto</a> | Regula certos aspectos das condições de trabalho dos trabalhadores que prestam serviços transfronteiriços no sector ferroviário, transpondo a Directiva n.º 2005/47/CE, do Conselho, de 18 de Julho  | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CTSSAP   |
| <a href="#">25/2010, de 30 de Agosto</a> | Estabelece as prescrições mínimas para protecção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações ópticas de fontes artificiais, transpondo a Directiva n.º 2006/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril   | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CTSSAP   |
| <a href="#">26/2010, de 30 de Agosto</a> | Décima nona alteração ao Código de Processo Penal  | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CACDLG   |
| <a href="#">27/2010, de 30 de Agosto</a> | Estabelece o regime sancionatório aplicável à violação das normas respeitantes aos tempos de condução, pausas e tempos de repouso e ao controlo da utilização de tacógrafos, na actividade de transporte rodoviário, transpondo a Directiva n.º 2006/22/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março, alterada pelas Directivas n.os 2009/4/CE, da Comissão, de 23 de Janeiro, e 2009/5/CE, da Comissão, de 30 de Janeiro         | Artigo 7.º<br>Sistema de classificação de riscos                    | Sem prazo de regulamentação | Não regulamentada   | COPTC    |
|  |  | Artigo 29.º<br>Pagamento voluntário de coima ou prestação de caução | Sem prazo de regulamentação | <a href="#">Desp. n.º 6304/2011, de 12 de Abril</a><br><a href="#">DR II S n.º 72</a> |          |

| Lei n.º                                   | Título   | Artigo  | Prazo                               | Diploma(s) regulamentador(es)  | Comissão        |
|---|--|---|-------------------------------------|--|-----------------|
| <a href="#">28/2010, de 2 de Setembro</a> | Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, que procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio | _____   | _____                               | Não carece de regulamentação   | CAOTPL          |
| <a href="#">29/2010, de 2 de Setembro</a> | Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 33/2010, de 14 de Abril   | _____   | _____                               | Não carece de regulamentação   | COPTC           |
| <a href="#">30/2010, de 2 de Setembro</a> | Protecção contra a exposição aos campos eléctricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos eléctricos   | Artigo 2.º<br>Limites de exposição humana       | Sem prazo de regulamentação         | Não regulamentada  | CAOTPL          |
| <a href="#">31/2010, de 2 de Setembro</a> | Autoriza o Governo a criar um regime especial das expropriações necessárias à realização de infra-estruturas que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento por fundos comunitários, bem como das infra-estruturas afectas ao desenvolvimento de plataformas logísticas                             | Artigo 1.º<br>Objecto                           | 11 de Dezembro de 2010<br>(90 dias) | <a href="#">DL n.º 123/2010, de 12 de Novembro</a><br><a href="#">DR I S n.º 220</a>     | CAEIE           |
| <a href="#">32/2010, de 2 de Setembro</a> | Procede à 25.ª alteração ao Código Penal   | _____   | _____                               | Não carece de regulamentação   | CACDLG          |
| <a href="#">33/2010, de 2 de Setembro</a> | Regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância electrónica) e revoga a Lei n.º 122/99, de 20 de Agosto, que regula a vigilância electrónica prevista no artigo 201.º do Código de Processo Penal  | _____   | _____                               | Não carece de regulamentação   | CACDLG          |
| <a href="#">34/2010, de 2 de Setembro</a> | Altera o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, no capítulo referente às garantias de imparcialidade (terceira alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro)  | _____   | _____                               | Não carece de regulamentação   | CEAPFCAI<br>SVC |
| <a href="#">35/2010, de 2 de Setembro</a> | Simplificação das normas e informações contabilísticas das microentidades  | Artigo 6.º<br>Regulamentação e entrada em vigor | 17 de Outubro de 2010<br>(45 dias)  | <a href="#">DL n.º 36-A/2011, de 9 de Março</a><br><a href="#">DR I S n.º 48 – Supl.</a> | COF             |

| Lei n.º                                   | Título   | Artigo                          | Prazo                                  | Diploma(s) regulamentador(es) | Comissão        |
|---|--|---------------------------------|--|-------------------------------|-----------------|
| <a href="#">36/2010, de 2 de Setembro</a> | Altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (21.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro)   | _____                           | _____                                  | Não carece de regulamentação  | CEAPFCAI<br>SVC |
| <a href="#">37/2010, de 2 de Setembro</a> | Derrogação do sigilo bancário (21.ª alteração à Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, e 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 62/2005, de 11 de Março)                     | Artigo 3.º<br>Norma transitória | 1 de Novembro de 2010<br><br>(60 dias) | Não regulamentada             | CEAPFCAI<br>SVC |
| <a href="#">38/2010, de 2 de Setembro</a> | Altera o regime do controle público da riqueza dos titulares dos cargos políticos (quinta alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de Abril)   | _____                           | _____                                  | Não carece de regulamentação  | CEAPFCAI<br>SVC |
| <a href="#">39/2010, de 2 de Setembro</a> | Segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, e alterado pela Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro                                     | _____                           | _____                                  | Não carece de regulamentação  | CEC             |
| <a href="#">40/2010, de 3 de Setembro</a> | Segunda alteração à Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, que aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e 26.ª alteração ao Código Penal   | _____                           | _____                                  | Não carece de regulamentação  | CACDLG          |
| <a href="#">41/2010, de 3 de Setembro</a> | Procede à terceira alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, relativa a crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos   | _____                           | _____                                  | Não carece de regulamentação  | CEAPFCAI<br>SVC |
| <a href="#">42/2010, de 3 de Setembro</a> | Segunda alteração à Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal   | _____                           | _____                                  | Não carece de regulamentação  | CEAPFCAI<br>SVC |
| <a href="#">43/2010, de 3 de Setembro</a> | Altera o período das férias judiciais, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, e à 5.ª alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, revogando o Decreto-Lei n.º 35/2010, de 15 de Abril | _____                           | _____                                  | Não carece de regulamentação  | CACDLG          |

| Lei n.º                                   | Título   | Artigo  | Prazo                            | Diploma(s) regulamentador(es)  | Comissão |
|---|--|---|----------------------------------|--|----------|
| <a href="#">44/2010, de 3 de Setembro</a> | Segunda alteração ao Regime Jurídico do Processo de Inventário, aprovado pela Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho  | Artigo 1.º<br>Alteração ao Regime Jurídico do Processo de Inventário (Artigo 21.º - Requerimento de inventário / Artigo 23.º - Relação de bens / Artigo 32.º - Avaliação dos bens previamente à conferência de interessados Artigo 75.º - Emolumentos e honorários Artigo 87.º - Entrada em vigor | Sem prazo de regulamentação      | Não regulamentada  | CACDLG   |
|   |  | Artigo 2.º<br>Aditamento ao regime jurídico do processo de Inventário (Artigo 6.º A – Remessa do processo para tramitação judicial)   | Sem prazo de regulamentação      | Não regulamentada  |          |
| <a href="#">45/2010, de 3 de Setembro</a> | Autoriza o Governo a alterar os Estatutos do Notariado e da Ordem dos Notários   | Artigo 1.º<br>Objecto   | 7 de Março de 2011<br>(180 dias) | <a href="#">DL n.º 15/2011, de 25 de Janeiro</a><br><a href="#">DR I S n.º 17</a>            | CTSSAP   |
| <a href="#">46/2010, de 7 de Setembro</a> | Procede à terceira alteração ao Regulamento de Matrícula dos Automóveis, Seus Reboques, Motociclos, Ciclomotores, Triciclos, Quadriciclos, Máquinas Industriais e Máquinas Industriais Rebocáveis, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de Dezembro, na redacção introduzida pelos Decretos-Leis n.os 107/2002, de 16 de Abril, 109/2004, de 12 de Maio, 136/2008, de 21 de Julho, e 112/2009, de 18 de Maio, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 112/2009, de 18 de Maio, à décima alteração ao Código da Estrada e à terceira alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de Maio | Artigo 3.º<br>Alteração ao Decreto-Lei n.º 112/2009 de 18 de Maio (Artigo 4.º A- Pagamento de portagens)  | Sem prazo de regulamentação      | <a href="#">Port. n.º 135-A/2011, de 4 de Abril</a><br><a href="#">DR I S n.º 66 – Supl.</a> | COPTC    |

| Lei n.º  | Título   | Artigo                          | Prazo                                | Diploma(s) regulamentador(es)  | Comissão |
|--|--|---------------------------------|--------------------------------------|--|----------|
| <a href="#">46/2010, de 7 de Setembro</a><br>(cont.) | Procede à terceira alteração ao Regulamento de Matrícula dos Automóveis, Seus Reboques, Motociclos, Ciclomotores, Triciclos, Quadriciclos, Máquinas Industriais e Máquinas Industriais Rebocáveis, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de Dezembro, na redacção introduzida pelos Decretos-Leis n.os 107/2002, de 16 de Abril, 109/2004, de 12 de Maio, 136/2008, de 21 de Julho, e 112/2009, de 18 de Maio, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 112/2009, de 18 de Maio, à décima alteração ao Código da Estrada e à terceira alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de Maio | Artigo 6.º<br>Norma transitória | Sem prazo de regulamentação          | <a href="#">Port. n.º 1033-C/2010, de 6 de Outubro</a><br><a href="#">DR I S n.º 194 – 1.º Supl.</a><br><a href="#">Port. n.º 1296-A/2010, de 20 de Dezembro</a><br><a href="#">DR I S n.º 244 – 1.º Supl.</a><br><a href="#">Port. n.º 135-A/2011, de 4 de Abril</a><br><a href="#">DR I S n.º 66 – 1.º Supl.</a> | COPTC    |
| <a href="#">47/2010, de 7 de Setembro</a>            | Redução do vencimento mensal ílquido dos membros das Casas Civil e Militar do Presidente da República, dos gabinetes dos membros do Governo, dos gabinetes dos Governos Regionais, dos gabinetes de apoio pessoal dos presidentes e vereadores de câmaras municipais e dos governos civis  | _____                           | _____                                | Não carece de regulamentação   | COF      |
| <a href="#">48/2010, de 19 de Outubro</a>            | Quarta alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto (lei de enquadramento orçamental)  | _____                           | _____                                | Não carece de regulamentação   | COF      |
| <a href="#">49/2010, de 12 de Novembro</a>           | Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas actividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero»   | Artigo 1.º<br>Objecto           | 10 de Fevereiro de 2011<br>(90 dias) | <a href="#">DL n.º 48/2011, de 1 de Abril</a><br><a href="#">DR I S n.º 65</a>   | CAEIE    |
| <a href="#">50/2010, de 7 de Dezembro</a>            | Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2010  | _____                           | _____                                | Não carece de regulamentação   | COF      |
| <a href="#">51/2010, de 14 de Dezembro</a>           | Cria a Ordem dos Nutricionistas e aprova o seu Estatuto  | _____                           | _____                                | Não carece de regulamentação   | CTSSAP   |

| Lei n.º                                      | Título   | Artigo   | Prazo                             | Diploma(s) regulamentador(es)     | Comissão |
|--|--|--|-----------------------------------|-----------------------------------|----------|
| <a href="#">52/2010, de 14 de Dezembro</a>   | Altera o âmbito de aplicação da Lei n.º 47/2010, de 7 de Setembro (primeira alteração à Lei n.º 47/2010, de 7 de Setembro, sobre redução do vencimento mensal ilíquido dos membros das Casas Civil e Militar do Presidente da República, dos gabinetes dos membros do Governo, dos gabinetes dos Governos Regionais, dos gabinetes de apoio pessoal dos presidentes e vereadores de câmaras municipais e dos governos civis) | _____  | _____                             | Não carece de regulamentação      | COF      |
| <a href="#">LO 3/2010, de 15 de Dezembro</a> | Altera o regime jurídico das eleições do Presidente da República, da Assembleia da República, dos órgãos das autarquias locais, do Parlamento Europeu e dos referendos nacional e local, designadamente alargando e uniformizando o regime do exercício do voto antecipado   | _____  | _____                             | Não carece de regulamentação      | CACDLG   |
| <a href="#">53/2010, de 14 de Dezembro</a>   | Regime da prática de naturismo e da criação de espaços de naturismo  | Artigo 20.º<br>Regulamentação  | 23 de Junho de 2011<br>(180 dias) | Dentro do prazo de regulamentação | CAOTPL   |
| <a href="#">54/2010, de 24 de Dezembro</a>   | Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro  | Artigo 83.º<br>Registos de interesses públicos   | Sem prazo de regulamentação       | Não regulamentada                 | CESC     |
| <a href="#">55/2010, de 24 de Dezembro</a>   | Reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais (terceira alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho)   | _____  | _____                             | Não carece de regulamentação      | CACDLG   |
| <a href="#">55-A/2010, de 31 de Dezembro</a> | Orçamento do Estado para 2011  | Artigo 5.º<br>Aditamento ao Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto (Artigo 113.º A – Execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário) | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | Dentro do prazo de regulamentação | COF      |
|  |  | Artigo 22.º<br>Contratos de aquisição de serviços  | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) |                                   |          |



| Lei n.º  | Título                        | Artigo   | Prazo                             | Diploma(s) regulamentador(es)  | Comissão |
|--|-------------------------------|--|-----------------------------------|--|----------|
| <a href="#">55-A/2010, de 31 de Dezembro</a><br>(cont. ) | Orçamento do Estado para 2011 | Artigo 46.º<br>Montantes de participação das autarquias locais nos impostos do Estado  | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | <a href="#">Port. n.º 68-A/2011, de 7 de Fevereiro</a><br><a href="#">DR I S n.º 26</a>            | COF      |
|  |                               | AL Artigo 48.º<br>Descentralização de competências para os municípios  | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | Dentro do prazo de regulamentação  |          |
|  |                               | Artigo 66.º<br>Estabelecimentos integrados no ISS, I.P.  | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | <a href="#">DL n.º 16/2011, de 25 de Janeiro</a><br><a href="#">DR I S n.º 17</a>                  |          |
|  |                               | Artigo 84.º /<br>Artigo 86.º /<br>Artigo 87.º /<br>Artigo 88.º<br>Financiamento do Orçamento do Estado /<br>Condições do financiamento /<br>Divida denominada em moeda diferente do euro /<br>Divida flutuante | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | <a href="#">RCM n.º 13-A/2011, de 11 de Fevereiro</a><br><a href="#">DR I S n.º 30 – 1.º Supl.</a> |          |
|  |                               | Artigo 99.º<br>Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Artigo 52.º - Dedução de prejuízos fiscais)   | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | <a href="#">Port. n.º 111-A/2011, de 18 de Março</a><br><a href="#">DR I S n.º 55 – 1.º Supl.</a>  |          |
|  |                               | Artigo 112.º<br>Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos   | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | Dentro do prazo de regulamentação  |          |
|  |                               | Artigo 113.º<br>Alteração ao Código do Imposto sobre Veículos (Artigo 11.º - Taxas – Veículos usados)  | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | <a href="#">Port. n.º 44/2011, de 26 de Janeiro</a><br><a href="#">DR I S n.º 18</a>               |          |

| Lei n.º   | Título                        | Artigo   | Prazo                             | Diploma(s) regulamentador(es)   | Comissão |
|---|-------------------------------|--|-----------------------------------|---|----------|
| <a href="#">55-A/2010, de 31 de Dezembro</a><br>(cont.) | Orçamento do Estado para 2011 | Artigo 123.º<br>Alteração à Lei Geral Tributária (Artigo 63.º A – Informações relativas a operações financeiras) | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | Dentro do prazo de regulamentação   | COF      |
|   |                               | Artigo 126.º<br>Alteração ao Código do Procedimento e de Processo Tributário (Artigo 248.º – Regra geral)        | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | Dentro do prazo de regulamentação   |          |
|   |                               | Artigo 141.º<br>Contribuição sobre o sector bancário (Artigo 8.º - Regulamentação)                               | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | <a href="#">Port. n.º 121/2011, de 30 de Março</a><br><a href="#">DR I S.n.º 63</a> |          |
|   |                               | <b>AL</b> Artigo 142.º<br>Autorização legislativa relativa a notificações electrónicas efectuadas pela DGAIEC    | 31 de Março de 2011<br>(90 dias)  | Não regulamentada   |          |
|   |                               | <b>AL</b> Artigo 143.º<br>Autorização legislativa no âmbito da assistência mútua na recuperação de créditos      | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | Dentro do prazo de regulamentação   |          |
|   |                               | <b>AL</b> Artigo 144.º<br>Autorização legislativa no âmbito do registo de contribuintes                          | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | Dentro do prazo de regulamentação   |          |
|   |                               | <b>AL</b> Artigo 145.º<br>Autorização legislativa relativa aos bens apreendidos                                  | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | Dentro do prazo de regulamentação   |          |
|   |                               | <b>AL</b> Artigo 146.º<br>Autorização legislativa a regulação dos estágios profissionais                         | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | <a href="#">DL n.º 66/2011, de 1 de Junho</a><br><a href="#">DR I S.n.º 106</a>     |          |

| Lei n.º   | Título   | Artigo   | Prazo                             | Diploma(s) regulamentador(es)  | Comissão |
|---|--|--|-----------------------------------|--|----------|
| <a href="#">55-A/2010, de 31 de Dezembro</a><br>(cont.) | Orçamento do Estado para 2011  | AL<br>Artigo 147.º<br>Autorização legislativa para proceder à simplificação do exercício de diversas actividades económicas                              | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | <a href="#">DL n.º 48/2011, de 1 de Abril</a><br><a href="#">DR I S n.º 65</a> | COF      |
|   |  | AL<br>Artigo 148.º<br>Taxas aplicáveis aos produtos vínicos  | 29 de Junho de 2011<br>(180 dias) | Dentro do prazo de regulamentação  |          |
|   |  | AL<br>Artigo 164.º<br>Verbas dos orçamentos dos governos civis relativas ao apoio a associações  | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | Dentro do prazo de regulamentação  |          |
|   |  | AL<br>Artigo 176.º<br>Autorização legislativa relativa ao regime especial de execução de créditos pelo Instituto de Infra – Estruturas Rodoviárias, I.P. | 31 de Dezembro de 2011<br>(1 ano) | Dentro do prazo de regulamentação  |          |
| <a href="#">1/2011, de 14 de Janeiro</a>                | Prorroga por 365 dias o prazo de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro, que, no uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal   | _____  | _____                             | Não carece de regulamentação   | CADRP    |
| <a href="#">2/2011, de 9 de Fevereiro</a>               | Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos   | Artigo 5.º<br>Calendarização da monitorização e das acções correctivas   | 15 de Maio de 2011<br>(90 dias)   | Não regulamentada  | CAOTPL   |
| <a href="#">3/2011, de 15 de Fevereiro</a>              | Proíbe qualquer discriminação no acesso e no exercício do trabalho independente e transpõe a Directiva n.º 2000/43/CE, do Conselho, de 29 de Junho, a Directiva n.º 2000/78/CE, do Conselho, de 27 de Novembro, e a Directiva n.º 2006/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho | _____  | _____                             | Não carece de regulamentação   | CTSSAP   |

| Lei n.º                                    | Título   | Artigo                     | Prazo  | Diploma(s) regulamentador(es)     | Comissão |
|--|--|----------------------------|--|-----------------------------------|----------|
| <a href="#">4/2011, de 16 de Fevereiro</a> | Procede à vigésima sétima alteração ao Código Penal e à quarta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, relativa a crimes de responsabilidade de titulares de cargos políticos   | _____                      | _____  | Não carece de regulamentação      | CACDLG   |
| <a href="#">5/2011, de 2 de Março</a>      | Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas   | _____                      | _____  | Não carece de regulamentação      | CACDLG   |
| <a href="#">6/2011, de 10 de Março</a>     | Procede à terceira alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, que «Cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais»  | _____                      | _____  | Não carece de regulamentação      | CAEIE    |
| <a href="#">7/2011, de 15 de Março</a>     | Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à décima sétima alteração ao Código do Registo Civil   | _____                      | _____  | Não carece de regulamentação      | CACDLG   |
| <a href="#">8/2011, de 11 de Abril</a>     | Procede à 1.ª alteração à Lei da Televisão, aprovada pela Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho, à 12.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro, e à 1.ª alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e de televisão, transpondo a Directiva n.º 2007/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro | _____                      | _____  | Não carece de regulamentação      | CESC     |
| <a href="#">9/2011, de 12 de Abril</a>     | Décima quarta alteração do Estatuto dos Magistrados Judiciais e décima alteração do Estatuto do Ministério Público, em matéria de aposentação, reforma e jubilação e de adaptação do regime de proibição de valorizações remuneratórias de 2011 ao sistema judiciário  | _____                      | _____  | Não carece de regulamentação      | CACDLG   |
| <a href="#">10/2011, de 21 de Abril</a>    | Dispensa gratuita de medicamentos após alta de internamento pelos serviços farmacêuticos dos hospitais que integram o SNS  | Artigo 6.º Regulamentação  | 20 de Julho de 2011 (90 dias)  | Dentro do prazo de regulamentação | CS       |
| <a href="#">11/2011, de 26 de Abril</a>    | Estabelece o regime jurídico de acesso e de permanência na actividade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime de funcionamento dos centros de inspecção e revoga o Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de Dezembro <sup>4</sup>  | Artigo 36.º Regulamentação | 23 de Setembro de 2011 (60 dias após entrada em vigor, sendo a entrada em vigor 90 dias após a publicação) | Dentro do prazo de regulamentação | COPTC    |

| Lei n.º                                 | Título   | Artigo  | Prazo                       | Diploma(s) regulamentador(es) | Comissão |
|---|--|---|-----------------------------|-------------------------------|----------|
| <a href="#">12/2011, de 27 de Abril</a> | Cria um procedimento único de formação e de exame para a obtenção simultânea da carta de caçador e da licença de uso e porte de arma para o exercício da actividade venatória, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições   | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CACDLG   |
| <a href="#">13/2011, de 29 de Abril</a> | Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro, que estabelece o regime de acesso e de exercício da actividade funerária, revogando o Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho  | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CAEIE    |
| <a href="#">14/2011, de 2 de Maio</a>   | Elimina as discriminações em razão da nacionalidade no acesso ao regime de subsídio ao preço do bilhete público relativamente a serviços aéreos para regiões insulares, periféricas ou em desenvolvimento, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 138/99, de 23 de Abril  | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | COPTC    |
| <a href="#">15/2011, de 3 de Maio</a>   | Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, de forma a retirar as bolsas de estudo e de formação para efeitos de verificação da condição de recursos  | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CEC      |
| <a href="#">16/2011, de 3 de Maio</a>   | Aprova o regime de certificação dos maquinistas de locomotivas e comboios do sistema ferroviário, transpondo a Directiva n.º 2007/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro   | Artigo 25.º<br>Reconhecimento e obrigações das entidades financeiras                      | Sem prazo de regulamentação | Não regulamentada             | COPTC    |
|   |  | Artigo 26.º<br>Reconhecimento e obrigações de entidades de avaliação médica e psicológica | Sem prazo de regulamentação | Não regulamentada             |          |
| <a href="#">17/2011, de 3 de Maio</a>   | Criminaliza o incitamento público à prática de infracções terroristas, o recrutamento para o terrorismo e o treino para o terrorismo, dando cumprimento à Decisão-Quadro n.º 2008/919/JAI, do Conselho, de 28 de Novembro, que altera a Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI, relativa à luta contra o terrorismo, e procede à terceira alteração da Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CACDLG   |

| Lei n.º                                 | Título   | Artigo   | Prazo                                | Diploma(s) regulamentador(es)     | Comissão     |
|---|--|--|--------------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| <a href="#">18/2011, de 13 de Maio</a>  | Cria o regime jurídico da declaração de conformidade do motociclo histórico  | Artigo 9.º<br>Regulamentação   | 15 de Setembro de 2011<br>(120 dias) | Dentro do prazo de regulamentação | COPTC        |
| <a href="#">19/2011, de 20 de Maio</a>  | Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de Março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários   | Artigo 5.º<br>Regime sancionatório   | 18 de Agosto de 2011<br>(90 dias)    | Dentro do prazo de regulamentação | COF          |
| <a href="#">20/2011, de 20 de Maio</a>  | Cria o registo nacional dos serviços do Estado de todo o sector público administrativo <sup>5</sup>  | Artigo 6.º<br>Regulamentação   | 23 de Agosto de 2011<br>(90 dias)    | Dentro do prazo de regulamentação | COF          |
| <a href="#">21/2011, de 20 de Maio</a>  | Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 66/2008, de 9 de Abril, que «regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos residentes e estudantes, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira» de forma a estender o subsídio social de mobilidade aos serviços marítimos <sup>6</sup> | Artigo 2.º<br>Regulamentação   | 18 de Agosto de 2011<br>(90 dias)    | Dentro do prazo de regulamentação | COPTC        |
| <a href="#">22/2011, de 20 de Maio</a>  | Quinta alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto (lei de enquadramento orçamental)  | Artigo 12.º - I<br>Conselho das Finanças Públicas  | Sem prazo de regulamentação          | Não regulamentada                 | COF          |
| <a href="#">23/2011, de 20 de Maio</a>  | Aprova o Estatuto dos Funcionários Parlamentares   | _____  | _____                                | Não carece de regulamentação      | Sem Comissão |
| <a href="#">24/2011, de 16 de Junho</a> | Reforça os apoios concedidos aos centros de emprego protegido e às entidades que promovem programas de emprego apoiado (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro) <sup>7</sup>   | Artigo 2.º<br>Alteração ao Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro (Artigo 52.º - Apoios financeiros) | Sem prazo de regulamentação          | Não regulamentada                 | CTSSAP       |
| <a href="#">25/2011, de 16 de Junho</a> | Estabelece a obrigatoriedade da indicação do preço de venda ao público (PVP) na rotulagem dos medicamentos e procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, e revoga o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 106-A/2010, de 1 de Outubro   | _____  | _____                                | Não carece de regulamentação      | CS           |
| <a href="#">26/2011, de 16 de Junho</a> | Transferência de farmácias (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto)   | _____  | _____                                | Não carece de regulamentação      | CS           |
| <a href="#">27/2011, de 16 de Junho</a> | Estabelece o regime relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais e revoga a Lei n.º 8/2003, de 12 de Maio  | _____  | _____                                | Não carece de regulamentação      | CTSSAP       |

| Lei n.º                                 | Título  | Artigo   | Prazo   | Diploma(s) regulamentador(es)     | Comissão |
|---|---|--|---|-----------------------------------|----------|
| <a href="#">28/2011, de 16 de Junho</a> | Procede à segunda alteração à Lei n.º 4/2008, de 7 de Fevereiro, que aprova o regime dos contratos de trabalho dos profissionais de espectáculos e estabelece o regime de segurança social aplicável a estes profissionais <sup>8</sup> | Artigo 1.º<br>Alteração à Lei n.º 4/2008, de 7 de Fevereiro (Artigo 3.º - Registo dos profissionais do sector das actividades artísticas, culturais e de espectáculos) | 14 de Setembro de 2011<br><br>(60 dias após entrada em vigor, sendo a entrada em vigor 30 dias após a publicação) | Dentro do prazo de regulamentação | CTSSAP   |
|   |   | Artigo 2.º<br>Aditamento à Lei n.º 4/2008, de 7 de Fevereiro (Artigo 21.º F – Regulamentação)  | Sem prazo de regulamentação   | Não regulamentada                 |          |
| <a href="#">29/2011, de 17 de Junho</a> | Determinação da designação da freguesia de Pousade, no concelho da Guarda   | _____  | _____   | Não carece de regulamentação      | CAOTPL   |
| <a href="#">30/2011, de 17 de Junho</a> | Alteração da denominação da freguesia de Arcos, no concelho de Ponte de Lima, para São Pedro d'Arcos  | _____  | _____   | Não carece de regulamentação      | CAOTPL   |
| <a href="#">31/2011, de 17 de Junho</a> | Alteração da denominação da freguesia de Neiva, no concelho de Viana do Castelo, para São Romão de Neiva  | _____  | _____   | Não carece de regulamentação      | CAOTPL   |
| <a href="#">32/2011, de 17 de Junho</a> | Elevação de Roriz, no município de Santo Tirso, à categoria de vila   | _____  | _____   | Não carece de regulamentação      | CAOTPL   |
| <a href="#">33/2011, de 17 de Junho</a> | Elevação da povoação da Terrugem, no município de Sintra, à categoria de vila   | _____  | _____   | Não carece de regulamentação      | CAOTPL   |
| <a href="#">34/2011, de 17 de Junho</a> | Elevação da vila de Albergaria-a-Velha, no concelho de Albergaria-a-Velha, à categoria de cidade  | _____  | _____   | Não carece de regulamentação      | CAOTPL   |
| <a href="#">35/2011, de 17 de Junho</a> | Elevação da povoação de Sobrosa, no concelho de Paredes, à categoria de vila  | _____  | _____   | Não carece de regulamentação      | CAOTPL   |
| <a href="#">36/2011, de 21 de Junho</a> | Estabelece a adopção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado  | Artigo 5.º<br>Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital   | 19 de Setembro de 2011<br><br>(90 dias)   | Dentro do prazo de regulamentação | CTSSAP   |

| Lei n.º                                 | Título  | Artigo  | Prazo                       | Diploma(s) regulamentador(es) | Comissão |
|---|---|---|-----------------------------|-------------------------------|----------|
| <a href="#">37/2011, de 22 de Junho</a> | Simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpõe as Directivas n.os 2009/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio, e 2010/80/UE, da Comissão, de 22 de Novembro, e revoga o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro | Artigo 28.º<br>Competências, composição e funcionamento | Sem prazo de regulamentação | Não regulamentada             | CDN      |
| <a href="#">38/2011, de 22 de Junho</a> | Elevação da vila de Alfena, no concelho de Valongo, à categoria de cidade   | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CAOTPL   |
| <a href="#">39/2011, de 22 de Junho</a> | Elevação da povoação de Ferrel, no município de Peniche, à categoria de vila  | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CAOTPL   |
| <a href="#">40/2011, de 22 de Junho</a> | Elevação da povoação de Santa Eulália, no concelho de Vizela, à categoria de vila   | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CAOTPL   |
| <a href="#">41/2011, de 22 de Junho</a> | Elevação da povoação de Aguçadoura, no concelho da Póvoa de Varzim, à categoria de vila   | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CAOTPL   |
| <a href="#">42/2011, de 22 de Junho</a> | Elevação da povoação de Cruz Quebrada - Dafundo, no concelho de Oeiras, à categoria de vila   | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CAOTPL   |
| <a href="#">43/2011, de 22 de Junho</a> | Determinação da designação da freguesia de Gouveias, no concelho de Pinhel  | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CAOTPL   |
| <a href="#">44/2011, de 22 de Junho</a> | Procede à quarta alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, que «Cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais» <sup>9</sup>  | _____   | _____                       | Não carece de regulamentação  | CAEIE    |
| <a href="#">45/2011, de 24 de Junho</a> | Cria, na dependência da Polícia Judiciária, o Gabinete de Recuperação de Activos (GRA)  | Artigo 5.º<br>Composição e coordenação                  | Sem prazo de regulamentação | Não regulamentada             | CACDLG   |
|   |   | Artigo 22.º<br>Transparência e monitorização            | Sem prazo de regulamentação | Não regulamentada             |          |



| Lei n.º                                 | Título  | Artigo  | Prazo                              | Diploma(s) regulamentador(es) | Comissão      |
|---|---|---|------------------------------------|-------------------------------|---------------|
| <a href="#">46/2011, de 24 de Junho</a> | <p>Cria o tribunal de competência especializada para propriedade intelectual e o tribunal de competência especializada para a concorrência, regulação e supervisão e procede à 15.ª alteração à Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, à 4.ª alteração à Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, que aprova o Regime Jurídico da Concorrência, à 5.ª alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, que aprova a Lei das Comunicações Electrónicas, à 2.ª alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, à 7.ª alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, que aprova a Lei de Organização e Financiamento dos Tribunais Judiciais, à 1.ª alteração à Lei n.º 99/2009, de 4 de Setembro, que aprova o regime quadro das ordenações do sector das comunicações, à 23.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, que aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, à 15.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, que regula as condições de acesso e de exercício da actividade seguradora e resseguradora no território da Comunidade Europeia, ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, ao Código de Propriedade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 de Março, à 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 95/2006, de 29 de Maio, que estabelece o regime jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores, e à 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/92/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Dezembro<sup>10</sup></p> | <p>Artigo 17.º<br/>Tramitação electrónica dos processos</p> | <p>Sem prazo de regulamentação</p> | <p>Não regulamentada</p>      | <p>CACDLG</p> |

| Lei n.º                                 | Título  | Artigo | Prazo | Diploma(s) regulamentador(es) | Comissão |
|---|---|--------|-------|-------------------------------|----------|
| <a href="#">47/2011, de 27 de Junho</a> | Cria a Ordem dos Engenheiros Técnicos e aprova o respectivo Estatuto e procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro | _____  | _____ | Não carece de regulamentação  | CTSSAP   |

<sup>1</sup> Quando uma iniciativa foi distribuída a duas comissões, apenas foi contabilizada a comissão que procedeu à respectiva redacção final.

<sup>2</sup> O Orçamento do Estado para 2010 só foi publicado em 28 de Abril de 2010, pelo que vigorará, excepcionalmente, apenas durante o período de 8 meses e 3 dias.

<sup>3</sup> Nos termos do artigo único da Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 30 de Março, o Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, é revogado sendo ripristinadas as normas por este revogadas.

<sup>4</sup> A Lei n.º 11/2011, de 26 de Abril, nos termos do seu artigo 36.º, deve ser regulamentada, no prazo de 60 dias após a sua entrada em vigor, sendo a entrada em vigor 90 dias após a respectiva publicação que tem lugar a 23 de Setembro de 2011.

<sup>5</sup> Nos termos do artigo 7.º, da Lei n.º 20/2011, de 20 de Maio, a presente lei entra em vigor no prazo de 5 dias a contar da sua publicação. As normas com incidência orçamental produzem efeitos a partir da aprovação do próximo orçamento do Estado.

<sup>6</sup> Nos termos do artigo 3.º, da Lei n.º 21/2011, de 20 de Maio, a presente lei entra em vigor com a publicação do orçamento do Estado para 2012.

<sup>7</sup> Nos termos do artigo 3.º, da Lei n.º 24/2011, de 16 de Junho, a presente lei entra em vigor com a aprovação do orçamento do Estado para 2012.

<sup>8</sup> Nos termos do artigo 7.º, da Lei n.º 28/2011, de 16 de Junho, a presente lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação, salvo as normas com incidência financeira, que entram em vigor com o orçamento do Estado para 2012.

<sup>9</sup> Nos termos do artigo 4.º, da Lei n.º 44/2011, de 22 de Junho, a presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação e produz efeitos a partir do período de facturação imediatamente subsequente.

<sup>10</sup> Nos termos do n.º 1.º, do artigo 20.º da Lei n.º 46/2011, de 24 de Junho, a presente lei produz efeitos a partir da data da instalação do Tribunal da Propriedade Intelectual e do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º. De acordo com o previsto no n.º 2, do artigo 20.º, da Lei n.º 46/2011, de 24 de Junho, a revogação do n.º 5 do artigo 121.º, do n.º 3 do artigo 122.º, dos artigos 167.º e 168.º da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, e a prevista na alínea b) do artigo anterior, bem como o disposto no artigo 89.º-A, aditado pelo artigo 2.º à Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, e a alteração efectuada pelo artigo 11.º ao artigo 40.º do Código da Propriedade Industrial produzem efeitos com a instalação do tribunal da propriedade intelectual. E, conforme previsto no n.º 3 do artigo 20.º, da Lei n.º 46/2011, de 24 de Junho, a revogação do n.º 4 do artigo 121.º da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, e a prevista na alínea c) do artigo anterior, bem como o disposto no artigo 89.º-B, aditado pelo artigo 2.º à Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, no artigo 122.º-A, aditado pelo artigo 5.º à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, bem como as alterações previstas no artigo 1.º, na parte em que altera o n.º 2 do artigo 89.º da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, bem como nos artigos 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º e 16.º e 17.º da presente lei, produzem efeitos com a instalação do tribunal da concorrência, regulação e supervisão.

**SIGLAS UTILIZADAS**

|                    |   |
|--------------------|---|
| <b>ACR</b>         | Artigos que carecem de regulamentação   |
| <b>AL</b>          | Autorização Legislativa   |
| <b>AV</b>          | Aviso   |
| <b>CACDLG</b>      | Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  |
| <b>CADRP</b>       | Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas   |
| <b>CAE</b>         | Comissão de Assuntos Europeus   |
| <b>CAEIDR</b>      | Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia   |
| <b>CAOTPL</b>      | Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local   |
| <b>CDN</b>         | Comissão de Defesa Nacional   |
| <b>CEAPFCAISVC</b> | Comissão Eventual para o Acompanhamento Político do Fenómeno da Corrupção e para a Análise Integrada de Soluções com vista ao seu Combate |
| <b>CEC</b>         | Comissão de Educação e Ciência  |
| <b>CESC</b>        | Comissão de Ética, Sociedade e Cultura  |
| <b>CNECP</b>       | Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas   |
| <b>COF</b>         | Comissão de Orçamento e Finanças  |
| <b>COPTC</b>       | Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações  |
| <b>CS</b>          | Comissão de Saúde   |
| <b>CTSSAP</b>      | Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública  |
| <b>DC</b>          | Despacho Conjunto   |
| <b>Desp.</b>       | Despacho  |
| <b>DL</b>          | Decreto-Lei   |
| <b>DN</b>          | Despacho Normativo  |
| <b>DReg</b>        | Decreto Regulamentar  |
| <b>DR</b>          | Diário da República   |
| <b>LAL</b>         | Lei de Autorização Legislativa  |
| <b>Port.</b>       | Portaria  |
| <b>RAR</b>         | Resolução da Assembleia da República  |
| <b>RCM</b>         | Resolução do Conselho de Ministros  |
| <b>Reg.</b>        | Regulamento   |